



O paradoxo liberal na metrópole: trabalho doméstico e a produção do espaço urbano

La paradoja liberal en la metrópoli: trabajo doméstico y la producción del espacio urbano

E5_06 - As escalas e os mecanismos de segregação e resistência na ibero-américa:
habitação e cidade

Nicole Sonksen Milko
FAUD-USP, Brasil
nicolesm@hotmail.com

Resumo: O presente artigo analisa a construção da domesticidade e a configuração do espaço urbano em São Paulo ao longo do século XX, com foco na consolidação dos bairros-jardins na região do Morumbi. Fundamentado nas críticas à teoria liberal e ao culto da domesticidade, o trabalho discute como a separação ideológica entre as esferas pública e privada estruturou hierarquias de gênero, classe e raça. A partir da análise da arquitetura residencial modernista — exemplificada pela Casa de Vidro de Lina Bo Bardi — e de relatos biográficos de trabalhadoras domésticas, investiga-se o paradoxo do trabalho servil: elemento indispensável para sustentar o ócio e o status da elite, mas sistematicamente invisibilizado na organização espacial. Pensando casa e cidade como esferas conjuntas, o esforço é contribuir com a historiografia recente que o trazer para a cena agentes comumente marginalizados na história das cidades, refletindo sobre os mecanismos de manutenção de desigualdades estruturais e controle social nessas duas esferas.

Palavras-chave: Domesticidade, cidade, classe, gênero, raça.

Resumen: El presente artículo analiza la construcción de la domesticidad y la configuración del espacio urbano en São Paulo a lo largo del siglo XX, centrándose en la consolidación de los "barrios jardín" en la región de Morumbi. Fundamentado en las críticas a la teoría liberal y al culto a la domesticidad, el trabajo discute cómo la separación ideológica entre las esferas pública y privada estructuró jerarquías de género, clase y raza. A partir del análisis de la arquitectura residencial modernista — ejemplificada por la Casa de Vidro de Lina Bo Bardi— y de relatos biográficos de

trabajadoras domésticas, se investiga la paradoja del trabajo servil: elemento indispensable para sostener el ocio y el estatus de la élite, pero sistemáticamente invisibilizado en la organización espacial. Al pensar la casa y la ciudad como esferas conjuntas, el esfuerzo busca contribuir a la historiografía reciente que intentan traer a escena a agentes comúnmente marginados en la historia de las ciudades, reflexionando sobre los mecanismos de mantenimiento de las desigualdades estructurales y del control social en estas dos esferas.

Palabras-clave: Domesticidad, ciudad, clase, género, raza..

A invenção da domesticidade no século XIX não foi apenas um rearranjo de mobiliário ou de costumes, mas uma estratégia fundamental da modernidade para demarcar fronteiras de gênero, classe e raça. Segundo a pesquisadora Anne McClintock, a teoria liberal que se consolidou durante o iluminismo, buscando contestar diversas normas sociais vigentes, tais como o privilégio hereditário, a monarquia absolutista e o próprio direito divino dos reis e, assim, delineando a emergência do indivíduo liberal moderno, reinventou também as esferas e domínios do público e privado. Estabelecendo uma distinção ideológica na qual o político se configurava na esfera pública como um direito de realizar contratos, o mesmo não se aplicava à esfera doméstica. Essa se desenhava a partir de fundamentos da natureza, ou seja, para além do contrato. Isso quer dizer que, da mesma forma com que os escravos durante o Império Colonial eram negados dos seus direitos à liberdade e à propriedade, sob a justificativa de uma submissão racial natural, a posição subalterna das mulheres era consequência da lei natural (MCCLINTOCK, 2010, p. 266). Dessa forma, a autora expõe uma contradição fundamental desse regime racional-liberal, em que a negação do valor social e econômico do trabalho das mulheres, que era tido como natural, mas que na verdade era uma construção social, remodelou não apenas as identidades, mas o próprio espaço urbano.

Articulando os marcadores de gênero, classe e raça, a pesquisadora demonstra como a domesticidade burguesa se constituiu como afirmação de superioridade dos brancos em relação aos demais. Ela diz que “o imperialismo e a invenção da raça foram aspectos fundamentais da modernidade industrial ocidental” e “o culto da domesticidade foi uma dimensão crucial, ainda que oculta, das identidades, tanto a masculina quanto a feminina” e “indispensável tanto do mercado industrial quanto da empresa imperial” (MCCLINTOCK, 2010, p. 20).

McClintock refuta as teorias feministas tradicionais, argumentando que o ócio era menos um requisito imposto às mulheres de classe alta no século XIX, e mais uma construção do espetáculo do lazer. Isso porque, dessa performance do não trabalho, do ócio e do lazer também se media o status social de sua família. O exercício da dona de casa, mas principalmente da criada, era de mascarar as marcas desse trabalho. De certa forma, há uma correspondência entre o trabalho do lazer da dona de casa e o trabalho da invisibilidade da criada (MCCLINTOCK, 2010, p. 245). Esse paradoxo é representado na conformação das residências, demarcando os espaços públicos e privados, ou seja, quais espaços e atividades poderiam ser vistos ou não, e em quais a dona de casa deveria performar ou não. E isso é muito evidente na arquitetura das residências burguesas do século XX em São Paulo e no Brasil, a partir de diversos elementos como pérgolas, portas, escadas, murais, cobogós que faziam a função de filtro entre as áreas sociais e de serviços¹.

Mas o que eu queria destacar é que a criada remunerada expõe uma contradição que se baseava na negação do valor econômico do trabalho feminino, sustentando o esforço de ócio da dona de casa. Dessa forma, ela se transforma em uma personagem que concentra um paradoxo duplo da sociedade industrial moderna. Se o serviço das criadas era indispensável para “transformar o trabalho das esposas no poder político dos maridos”, ela, simultaneamente, contrariava a lógica da separação natural entre o mercado e o espaço doméstico. A empregada doméstica expõe tanto “o trabalho escravo quanto o trabalho das mulheres da classe trabalhadora enquanto fundamento do poder industrial moderno”. Em outras palavras, a figura da empregada doméstica reencena “a

¹ Esse é um tema que vem sendo bastante explorado por vários trabalhos recentemente dentro do campo da arquitetura. Para se aprofundar nessa discussão, pensando especificamente sobre a arquitetura moderna paulista, ver: tese de livre-docência de Joana Mello de Carvalho e Silva, defendida em 2024, intitulada *Pensar a casa com Clarice Lispector: domesticidade, interseccionalidade e cultura material (1940-1960)*; e o livro de Edite Galote Carranza publicado pela primeira vez em 2017, *O Quartinho Invisível: Escovando a História da Arquitetura Paulista a Contrapelo*.

história do capital industrial assombrada pela traumática e inarredável memória da escravidão imperial” (MCCLINTOCK, 2010, p. 231-232).

Vale então salientar a ideia de domesticidade para esse contexto. Para Hilde Heynen, domesticidade é uma construção do século XIX e refere-se a toda uma série de ideias desenvolvidas em relação à divisão entre trabalho e casa. Ideias, essas, que enfatizam a separação entre as esferas femininas e masculinas, privadas e públicas, do consumo e da produção, que foram justificadas a partir de premissas baseadas em diferenças tidas como "naturais" entre gêneros. Se o público e a produção são esferas tidas como de ação, o espaço doméstico e as práticas de consumo são tidos como esferas passivas, da reprodução. Falar sobre domesticidade é, portanto, falar sobre arranjos legais, configurações espaciais, padrões de comportamento, relações sociais e de poder. Vale destacar que se trata de uma divisão do trabalho gendrada e específica de uma determinada classe e raça.

Essa ideologia é articulada em termos de gênero, espaço, trabalho e poder. (...) [a domesticidade] prescreve uma série de normas (ainda que mutáveis) acerca dos requisitos necessários para a vida em família, envolvendo desde preceitos sobre as necessidades das crianças, os cuidados com o corpo e a saúde, as exigências de limpeza e higiene, a melhor forma de dividir o tempo entre o trabalho e o descanso, as maneiras apropriadas de preparar a comida e de cuidar das roupas, até a configuração do espaço da casa, o que inclui a decoração doméstica. Logo, a domesticidade pode ser entendida em termos de sistemas de normatizações, padrões de comportamento e arranjos espaciais, cujas repercussões sociais implicam em constelações de poder, dando origem a uma variedade de discursos que a comentam ou a criticam (HEYNEN, 2005, p. 7).

O culto à domesticidade também é um fator importante na sua manutenção e constituição. Trata-se dos rituais do cotidiano, praticado dentro e fora dos ambientes domésticos, que reforçam as oposições binárias, perpassando as esferas de educação dos filhos, arranjos e arrumação da casa e cuidados da família. E, nesse sentido, é importante atentar-se aos discursos de domesticidade, em que podem ser percebidas as naturalizações das diferenças, a construção e demarcação de limites e assimetrias a partir da prescrição de papéis de gênero.

Partindo dessa perspectiva, a casa é o local de descanso e contemplação da natureza, onde as marcas dos trabalhos, inclusive na paisagem, estão ausentes e a vegetação, “promovia a necessária mudança de ambiente que todo o habitante da cidade necessitava para recuperar suas energias físicas e psíquicas, diziam o/as médico/as, engenheiro/as, arquiteto/as, urbanistas, educadora/es e economistas doméstica/os” (SILVA, 2024, p. 42).

No manual do estadunidense Henry Boysen, O Conselheiro do Lar, traduzido para o português e distribuído gratuitamente em 1933 no Brasil, o autor reforça esses ideais, destacando a importância da moradia longe do centro, resguardado dos seus perigos, em meio à natureza e longe do trabalho.

Havendo meios de comunicação, rápidos, bons e baratos, naturalmente se dará preferência às moradias nos subúrbios, espaçosas e rodeadas de jardins, nas quais os moradores se sintam à vontade e onde possa em suas horas vagas gozar as delícias do ar puro e do sol. (...) Sempre deve sobrar tempo para descanso e recreio para os moradores e principalmente para o chefe de casa (BOYSEN, 1933, p. 11).

Os bairros-jardins² da elite da cidade de São Paulo do século XX são um bom exemplo desse último ponto: exclusivamente residencial assegurava aos seus moradores uma alternativa de moradia na cidade, englobando as qualidades da vida no campo, distinguindo os espaços de lazer e descanso, dos de produção e trabalho. Isso garantia à família nuclear heteronormativa, de classe média e alta, racialmente branca, a segurança da propriedade privada, o "direito" de viver entre iguais e de usufruir “plenamente as delícias da Vida de Campo, tranquila e sadia, em plena capital e com todo o conforto das grandes metrópoles”, como diz a própria publicidade da Companhia City, que foi a responsável pela construção de vários bairros-jardins em São Paulo no início do século XX, como o Jardim América (1913), Alto da Lapa (1921) e Pacaembu (1925). Vale destacar, nessa mesma propaganda, a menção às áreas verdes, que proporcionariam “o maior bem para a formação sadia da nova geração paulista — espaços livres e ar puro para crianças, num instante de conforto e alegria” (O Estado de S. Paulo, 01/09/1929, p. 7).

No final da década de 1940, começaram a surgir vários loteamentos nas margens ainda pouco habitadas do rio Pinheiros: tratava-se da (sub)urbanização do Morumbi. Os bairros Paineiras do Morumbi e Jardim Leonor, ambos projetados por Oswaldo Bratke, assim como Jardim Guedala, Jardim Morumbi e Cidade Jardim, foram urbanizados, ao longo dos anos 1950, de acordo com o mesmo modelo de bairros-jardins inaugurados pela Cia. City em São Paulo. Esses, vale ressaltar, se delineavam com uma paisagem e padrão de ocupação muito similar aos subúrbios estadunidenses do pós-guerra. A pesquisadora Adriana Irigoyen de Touceda defende que o Paineiras do Morumbi seria comparável “aos subúrbios da cidade de Los Angeles, como Brentwood, Bel Air ou Pasadena, os foothills a que se refere Reyner Braham em Los Angeles: architecture of four ecologies”, devido à sua “paisagem ondulada, abundante vegetação e grandes terrenos” (IRIGOYEN DE TOUCEDA, 2005, p. 85).

Fugindo do cenário e das novas condições de vida das áreas centrais da cidade, muitas famílias buscaram nos subúrbios aliar sossego, segurança e proximidade com o verde, sem, no entanto, abrir mão das conveniências urbanas. Esses anseios coincidiam com os princípios que nortearam a concepção de grande parte dos bairros do Morumbi. Vale destacar que São Paulo nos anos de

² Modelo urbano foi inspirado na teoria de Ebenezer Howard na Inglaterra no final do século XIX. Visando o descongestionamento das áreas centrais das cidades, a proposta aliava os benefícios da funcionalidade urbana com o contato com a natureza campestre e a valorização da vida comunitária. Amplamente difundido nos Estados Unidos com a popularização do uso do automóvel no pós Segunda Guerra, a cidade-jardim de Howard se diferenciava do subúrbio-jardim estadunidense, sobretudo, no que se refere ao deslocamento. Enquanto a primeira, pensada com finalidades de reestruturação social, previa habitação, comércio, lazer, serviços e atividades de produção, eliminando os deslocamentos constantes, a segunda, com objetivos de lucratividade imobiliária, é intrinsecamente dependente da cidade principal em termos funcionais, sobretudo no que se refere ao trabalho. Os bairros-jardins implementados em São Paulo se enquadram nesse último modelo (WOLFF, 1988).

1950 passava por grandes transformações na paisagem, com a consolidação de várias indústrias, verticalização acelerada e maior congestionamento, enquanto se consolidava como metrópole (DALL'ALBA, 2017, p. 91). Como aponta Joana Mello, a produção arquitetônica unifamiliar das classes médias e altas – e aqui acrescento, a produção urbana em que os novos bairros-jardins, como no caso do Morumbi – que acompanhou a expansão horizontal da mancha urbana paulistana, apostava em um “retorno à natureza, construindo um espaço de recolhimento e evasão das agruras da cidade”, sem “abrir mão do conforto da sociedade industrial” (SILVA, 2024, p. 123). Traçando um paralelo com a análise arquitetônica realizada pela autora, é possível inferir que esses novos bairros-jardins também buscavam “construir uma alternativa de moradia na cidade que englobasse as qualidades da vida no campo —, como espaço de lazer e não de produção —, onde o ócio compensasse os esforços exigidos na labuta cotidiana (SILVA, 2024, p. 124).

A diversidade de linguagens arquitetônicas nesse período é múltipla e, por vezes, antagônica, desde aquelas alinhadas aos preceitos acadêmicos, as vinculadas ao neocolonial em suas vertentes nacionais e estrangeiras, por exemplo, até aquelas que aderiram às proposições modernistas. Em relação à esta última, Joana Mello destaca a limitação da aceitação das propostas modernistas, normalmente restrita à grupos específicos. Ela aponta que a maior parte da clientela de classes médias e altas em São Paulo parece ter “rejeitado a aproximação formal ao mundo da produção industrial desejando que seu lar representasse o oposto dos ambientes” fabris e que remetessem ao trabalho (SILVA, 2024, p. 123).

Muitos dos arquitetos modernistas daquele período propunham transformações no espaço da casa, seja no quesito de linguagem e materialidade, seja no caráter ético relacionado às noções de privacidade, conforto e representação, porém construíam suas casas em bairros-jardins e defendiam a separação entre os espaços de produção e lazer³, com discursos similares àqueles das revistas femininas. Um exemplo é a Casa de Vidro, construída por Lina Bo Bardi: nos artigos da revista *Habitat*⁴, ela defende o loteamento do Jardim-Morumbi, onde construiu sua residência no início dos anos de 1950, por causa das vantagens da vegetação e da paisagem bucólica, em contraposição à paisagem fabril da cidade. Em um trecho, ela vai dizer que:

o bairro, assim, se transforma, no prolongamento natural de São Paulo residencial. (...) Entretanto, isso poderia não suceder, se aqui presidisse aquela orientação urbanística de “pelar” a natureza, tão à critério nos bairros fabris, mas inconcebível nos residenciais, onde a natureza é o repouso dos olhos, do espírito (BARDI, 1953, p. 2).

Se a vegetação e o ar puro dos subúrbios reforçavam um ideal bucólico do espaço da casa, visando o descanso e o ócio, em que as marcas do trabalho estariam ausentes, em oposição ao caos da

³ Para se aprofundar nessa discussão, sugiro a leitura do capítulo 4 da tese de livre-docência de Joana Mello de Carvalho e Silva e o texto “Os sentidos do morar em três atos: representação, conforto e privacidade”, escrito por Joana e por Pedro Beresin Schleider Ferreira.

⁴ A *Habitat: revista das artes no Brasil* foi fundada pelo casal Bardi. Publicada pela primeira vez em 1951 e em circulação até 1965, a revista fez parte de um projeto de divulgação e formação do novo Museu de Arte de São Paulo, inserindo-se nos debates sobre o projeto cultural e arquitetônico moderno brasileiro.

cidade, é importante destacar que a figura da trabalhadora doméstica, novamente, expõe as contradições dessa divisão entre casa e cidade, descanso e trabalho.

Usando a Casa de Vidro da Lina como estudo de caso, é possível observar que existiam três quartos de empregada dentro do corpo principal da casa, além de uma casa de caseiros, o que me faz especular que existia um número maior de funcionários nessa residência do que de proprietários. E isso “escancara a presença da produção e do trabalho dentro do espaço de consumo e descanso da casa” (SILVA, 2024, p. 188).

À luz dessa observação, busco refletir sobre o que é morar a partir da dimensão de uma função produtiva. Se para os proprietários a casa era o espaço de descanso e lazer, para os funcionários, a casa era essencialmente o espaço de produção e trabalho, enquanto o local de desfrute e lazer era realizado na cidade.

Procurando entender melhor essa relação entre casa e cidade a partir da experiência das trabalhadoras domésticas que moravam na Casa de Vidro, especificamente, eu analisei algumas cartas de antigas trabalhadoras domésticas do casal Bardi, que encontrei nos acervos do MASP e do Instituto Bardi. Como esse material é escasso, também utilizei a literatura como uma ferramenta de investigação: livros escritos por trabalhadoras domésticas e relatos, a partir de entrevistas já realizadas e publicadas por outros pesquisadores (figura 1, 2, 3, 4). O intuito era compreender o mundo do trabalho doméstico remunerado nas residências de alto padrão no Brasil, no século XX. Vale destacar que não há pretensão que os relatos, a literatura e as cartas utilizadas neste trabalho retratem uma verdade absoluta sobre o passado, mas são importantes na minha análise, porque contribuem para a ampliação do entendimento das diferentes experiências da modernidade e desmontam um discurso hegemônico das classes dominantes.



Figura 1

Lenira de Carvalho. Fonte: CARVALHO, 2022, p. 7



Figura 2

Laudelina de Campos Melo. Fonte: Acervo do Sindicato das Trabalhadoras domésticas em Campinas



Figura 3

Carolina Maria de Jesus. Fonte: Folha de São Paulo, 2018.



Figura 4

Risoleta. Fonte: BOSI, 1994, p. 365.

Nas histórias das mulheres aqui analisadas⁵, são recorrentes os relatos do isolamento doméstico, na medida que passavam semanas ou meses sem sair da casa dos patrões, dedicadas quase exclusivamente aos afazeres domésticos. Esses textos de caráter biográfico permitem entrever não apenas as condições exaustivas do cotidiano das tarefas da casa, o controle e a violência rotinizada daquele trabalho, mas também as formas de resistência dessas mulheres.

Lenira de Carvalho, umas das fundadoras da Associação de Trabalhadoras Domésticas de Recife, no livro “Só a gente que vive é que sabe” relata uma prática comum entre as trabalhadoras domésticas que era as conversas nas calçadas, “já que na casa das patroas não se podia ir para os quartos levando alguém que trabalhasse em outro canto” (CARVALHO, 2022, p. 57). Ela conta que inicialmente aproveitava os sábados, quando não tinha aulas na igreja, e anos depois, as noites para conseguir conversar com suas parceiras de trabalho, inclusive eram nesses momentos que iniciaram os debates sobre a organização da Associação das Empregadas Domésticas. “É uma coisa natural, porque infelizmente a gente só tem quase aquele momento na calçada para conversar” (CARVALHO, 1982, p. 21). Nesses momentos, em que pausavam suas exaustivas jornadas de trabalho, conversavam sobre suas vidas pessoais, desabafavam sobre as condições precárias e violentas de trabalho, se apoiavam e não menos importante, configuravam momentos de lazer e sociabilidade dessas mulheres.

⁵ Foram analisadas as histórias de Lenira de Carvalho (1932-2021), Laudelina de Campos Melo (1904-1991), Dona Risoleta (1900-?) e Carolina Maria de Jesus (1914-1977).

A carta de Alice Silva, primeira funcionária do casal Bardi, quando chegaram no Rio de Janeiro e que se mudou com eles para São Paulo, revela esses laços de companheirismo e confidências na calçada, como relatado por Lenira. Ela conta da sua amiga Cecília, empregada da Sra. Valéria, mãe do Sr. Renato, quando morava com o casal na Av. Rebouças, antes de se mudarem para o Morumbi.

(...) Lembrando o passado e com saudades, recordei-me do tempo em que trabalhei para o Senhor e Dona Lina, no Rio de Janeiro na rua Anchieta nº16 apt. 803 no Leme, como sua 1ª empregada e que fui para São Paulo com os Senhores, moramos primeiro na av. Rebouças e depois no Pacaembú, eu era amiga da Cecília empregada da Sra. Valeria, mãe do Sr. Renato (Acervo do Instituto Bardi).

Em diversos relatos, as trabalhadoras domésticas contam sobre como se apropriavam dos espaços públicos da cidade para o lazer. Elas discorrem sobre praças, parques, praia, espaços que eram acessíveis para elas. Dona Risoleta, uma trabalhadora doméstica de São Paulo, conta que:

eu me lembro bem era o Circo Queirolo, que andou aí por esse mundo de meu Deus, sempre o povo apoiando porque não tinha quase outro divertimento. Tinha teatro, mas em teatro o povo não podia ir, porque precisava de traje de rigor; então nós ia andar de traje de rigor?! Mas antigamente, quando era teatro, Nossa Senhora, as donas se vestiam decotadas, aquelas mangas bufantes...Aquilo não era pra pobre, não. Depois que eu estava grande, o Circo Queirolo ficou armado ali no largo do Paiçandu, e eu, chegava domingo, todo mundo tá procurando passeio, eu me vestia e ia pro Circo (BOSI, 1994, p. 347).

Para Antônio Sérgio Guimarães, há mecanismos de segregações de raça, classe e gênero no interior das residências burguesas através da arquitetura, como mencionado no início do texto, mas essa segregação também se dá nas ruas dessas áreas residenciais. No âmbito da cidade, ele destaca como “creches, hospitais, serviços públicos em geral” não estão “voltados para atender a população trabalhadora desses bairros, apenas o transporte público”. De forma semelhante, demonstra que a depender da distância social entre moradores e trabalhadores de um bairro, variará a também a segregação da mobilidade urbana, com carros para os moradores e ônibus para os trabalhadores (GUIMARÃES, 2016, p. 174).

Voltando para o caso específico da Casa de Vidro, ao analisar o mapa da Falk de 1952, é possível constatar que não havia nenhuma linha de ônibus ou bonde que passava por essa região da cidade. A mais próxima de ônibus se localizava perto do Jockey Clube, ou seja, era necessário atravessar o Real Parque, Jardim Panorama, Jardim Guedala e Cidade Jardim para chegar, sendo esse um percurso de 1 hora a pé. Por ser um bairro exclusivamente residencial, é difícil de imaginar que fosse lá que as trabalhadoras domésticas passassem o tempo livre delas. De qualquer forma, o que importa ressaltar aqui é a dificuldade que essas mulheres tinham para se deslocar na cidade em

busca de atividades de lazer e descanso - ou mesmo para ir ao médico ou deixar seus filhos na creche.

Paralelamente, convém observar a contiguidade espacial existente entre o Jardim Morumbi e o bairro de Paraisópolis. Foi justamente a partir da década de 1950 que a ocupação dessa região se intensificou, sobretudo com o início de duas grandes obras: o Estádio do Morumbi e o Hospital Albert Einstein. Paraisópolis foi absorvendo grande parte do contingente populacional, majoritariamente não branco, de outras regiões do Brasil, que vieram para São Paulo para trabalhar nessas construções. Calcula-se que 2009, 80% da população de Paraisópolis seja de origem nordestina, uma vez que “foi, e continua sendo, um grande espaço de acolhimento de migrantes daquela região” (GOHN, 2010, p. 273). É importante ressaltar que essa população sofreu diversos preconceitos de origem e de raça. Atentando-se às expressões utilizadas para referir-se aos nordestinos, Weinstein demonstra como se tornou rotina chamar todos os migrantes nordestinos de “baianos”, sendo que apenas uma fração das pessoas era realmente oriunda da Bahia. “Mas ela é amplamente identificada como o estado mais ‘africano’ do Brasil e, assim, o uso estendido do termo baiano pode ser entendido como um tipo de ‘escurecimento discursivo’”. Para a autora, tratava-se de uma forma de homogeneizar uma população bastante diversa a fim de construir diferenças entre o “outro” e o “paulista legítimo” (WEINSTEIN, 2022, p. 399). Vale ressaltar que Paraisópolis é considerada hoje em dia a segunda maior favela da cidade, enquanto o Morumbi é um dos bairros mais elitizados de São Paulo.

É nesse contexto de contrastes que a região se consolidou e nesse sentido, vale pensar sobre a análise de Raquel Rolnik sobre as transformações nos territórios populares do início do século XX da cidade de São Paulo e em que medida esse padrão de organização urbana também reflete a constituição do bairro do Morumbi e Paraisópolis.

Esse padrão se repetiu para todos os núcleos negros na virada do século (com exceção do semi-rural Nossa Senhora do Ó). As mulheres trabalhando e morando nas edículas das casas burguesas, tinham ligações com os bairros populares diretamente adjacentes, onde residiam seus parentes em cortiços. O padrão seria então – aos pés das zonas ricas e exclusivas localizarem-se as zonas negras da cidade – o lugar dos ajudantes gerais -, delineando uma fronteira de extremos (ROLNIK, 1997, p. 76).

Apesar de não ter dados mais precisos sobre a relação de pessoas que moram e trabalham no Morumbi e Paraisópolis, essa análise de Raquel Rolnik permite refletir sobre algumas hipóteses de como essa região se conformou. A referência à “fronteira de extremos” me instiga a aprofundar a análise da noção de um avesso estruturante urbano. Ou seja, da ideia de que não existe bairro nobre sem favela, na medida em que constitui a pobreza urbana, o que permite que exista trabalhadoras domésticas superexploradas. Seguindo Antônio Sérgio Guimarães, a análise conjunta dos dois bairros permite entrever como a racialização opera no tecido urbano da cidade, conformando segregações espaciais complexas. O mesmo se aplica para pensar nas questões de gênero, especificamente a presença, importância e influência das atividades de mulheres cujas ocupações profissionais permeiam o espaço doméstico da família patriarcal. A análise interseccional entre classe, raça e gênero se faz necessária para desvelar as estratégias de controle

e invisibilidade de determinados corpos, materialidade, sujeitos e narrativas, tanto na escala do espaço doméstico, como na escala da cidade.

Referências

BARDI, Lina Bo. Revista **HABITAT**, 1953, n.10.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOYSEN, Henry. O conselheiro do lar. **Almanack Doméstico**. Rio de Janeiro: Agencia Will. Empresa de Publicidade e Propaganda em Geral, 1933.

CARVALHO, Lenira. **A luta que me fez crescer e outras reflexões**. (Coautora Cornelia Parisius) SOS Corpo: Recife, 2022.

CARVALHO, Lenira. **Só a gente que vive é que sabe**: depoimento de uma doméstica. Cadernos de Educação Popular, Petrópolis: Vozes, v. 4, 1982, (NOVA – Pesquisa, Assessoramento e Avaliação em Educação).

DALL'ALBA, Anderson Cláudio. **Formas modernas em jardins pitorescos**: correlações entre as casas de Bratke e a (sub)urbanização do bairro Paineiras do Morumbi. Dissertação (mestrado), FAU-UFRGS. Porto Alegre, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **MORUMBI**: o contraditório bairro-região de São Paulo. CADERNO CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 267-281, Maio/Ago. 2010.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Formações Nacionais de Classe e Raça. **Tempo Social**. São Paulo, v.28/2, mai.-ago. 2016.

IRIGOYEN DE TOUCEDA, Adriana Marta. **Da Califórnia a São Paulo**: referências norte-americanas na casa moderna paulista 1945-1960. Tese (doutorado), FAU-USP. São Paulo, 2005.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

SILVA, Joana Melo de Carvalho e. **Pensar a Casa com Clarice Lispector**: domesticidade, interseccionalidade e cultura material. Tese (livre-docência), FAU-USP. São Paulo, 2024.

WOLFF, Sílvia Ferreira Santos. **Jardim América**: o primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura. Tese (doutorado). FAU-USP. São Paulo, 1998.

WEINSTEIN, Barbara. **A cor da modernidade**: a branquitude e a formação da identidade paulista. São Paulo: Edusp, 2022.

